

GÊNERO, TRANSGENERIDADE E EDUCAÇÃO: A IMPORTÂNCIA DO DEBATE PARA A CONSTRUÇÃO DE UMA PEDAGOGIA (QUEER) DE DESCONSTRUÇÃO E EMANCIPAÇÃO

Dandara Camélia Domingues ¹
Marcos Aurélio Dornelas da Silva ²

Querer-se livre é também querer livres os outros.
- Simone de Beauvoir

RESUMO

Procuramos destacar como o debate de gênero, a partir da teoria queer, pode contribuir com as conexões escolares para combater a abjeção da transgeneridade, pensando em sua emancipação. Além disso, traçamos uma linha de análise para identificar as possibilidades de transpor essa teoria para a prática educacional, destacando a possibilidade de uma pedagogia do currículo queer, que vise desfazer, através de um método desconstrutivo, o sistema cis-hetero-patriarcal, que coloca as pessoas trans como 'o outro' e como sinônimo de inferior. Este método queer, conforme buscamos demonstrar, pretende atravessar as fronteiras que disciplinam e educalizam os corpos no sistema tradicional de educação.

Palavras-chave: Transgeneridade, Queer, Gênero, Educação.

1. INTRODUÇÃO

A ideia dicotômica, ainda vigente, de que há apenas dois gêneros cisgêneros (Feminino e Masculino\ Homem e Mulher\ Macho e Fêmea), associada à leitura do gênital, é recente, datando-se a partir do século XVIII. Em outrora, havia-se como prevalência a ideia de um sexo uno, fruto de uma sociedade monista, com registros inventariados do século II, a partir dos ensaios de Galeno (LAQUEUR, 2001, p. 16-17).

De modo geral, defronte aos arranjos genitais classicamente compreendidos como feminino (fêmea\vagina) e masculino (macho\pênis), as sociedades contemporâneas repercutem generalizações carregadas de visões de mundo que partem da convicção de que o sexo é algo universal (onde todos os seres vivos possuem), e dos binarismos (macho e fêmea) que resumem as identidades a papéis sociais. Tais crenças

¹ Graduanda do Curso de Ciências Sociais da Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, dandaracamelia@gmail.com;

² Professor orientador Marcos Aurélio Dornelas da Silva: Doutor e Mestre em Sociologia pelo PPGS\ UFPE e docente da Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, madornelas@gmail.com.

não encontram respaldo na realidade, quando observadas as vivências de distintos povos, sociedades e grupos sociais (HERDT, 1996).

O campo da Educação, atualmente, busca se equilibrar em movimento ao lidar com certezas que não são mais estáveis: a diversidade sexual e de gênero e as contestações ao sistema cis-hetero-patriarcal. Nesse contexto, o movimento em prol da educação emancipadora emerge como mecanismo de combate às múltiplas violências e, sendo a escola um campo heterogêneo e um micro que reflete um macrossistema, inúmeras hostilidades são reproduzidas com os corpos ditos dissidentes e abjetos³, colocados aqui como corpos transgêneres ou *Trans-Queer*⁴.

Objetiva-se, neste trabalho, analisar como o debate de gênero, a partir da teoria queer, pode contribuir com as conexões escolares para combater a abjeção da transgeneridade, pensando em sua emancipação, e de refletir sobre as possibilidades de traduzir a teoria queer para a prática pedagógica (e para a construção de uma *pedagogia queer*). Espera-se que os resultados desta produção colaborem para uma maior maximização e aproximação do debate de gênero na educação, e na sociedade brasileira, para a humanização de corpos transgêneres e para o aperfeiçoamento do tema nas áreas de educação e da opinião coletiva.

Com base nisso, algumas questões são importantes para a proposta deste debate, como: É possível romper com o pensamento binário e pensar os gêneros e corpos abjetos de uma forma plural, diversa e fluida? Uma educação emancipadora colabora com o combate à transfobia e com o pertencimento identitário? A Pedagogia Queer pode ser um forte mecanismo para a reestruturação do conhecimento e para a desconstrução de conceitos que não favorecem a trajetória de corpos dissidentes ou Trans-Queer?

2. METODOLOGIA

O presente estudo foi realizado por meio de pesquisa bibliográfica exploratória em periódicos, artigos, livros, boletins e dossiês que tratam do debate de gênero, diversidade humana, transgeneridade, Educação e teoria Queer. Utiliza-se para busca as ferramentas Google Academic, Scielo, o catálogo de teses & dissertações da CAPES,

³ Compreende-se por dissidente os corpos que fogem das normas e inscrições sociais. Por essa razão, recusam-lhe a inteligibilidade de suas identidades, tornam-se vulneráveis, despertam repulsas, fascinam e são abjetados, não tendo credibilidade política e social (Piscitelli, 2009);

⁴ *Trans-queer* se refere a leitura dos corpos trans a partir das epistemologias queers.

livros físicos, bibliotecas de universidades, boletins e dossiês de dados sobre a população transgênera do Brasil - termo que abarca as identidades trans, como Travestis, Transexuais, Pessoas Trans Não-binárias, etc - da ANTRA⁵ e relatórios e boletins sobre a população LGBTQIA+ do GGB⁶.

Conforme Bastos e Keller (1995), a pesquisa científica é caracterizada por uma averiguação metódica em relação ao assunto selecionado com o intuito de tornar compreensível aspectos estudados (BASTOS; KELLER, 1995, p.53). Similarmente, Gil (2002) proclama que a pesquisa é demandada assim que identifica-se que as informações sobre determinado assunto são insuficientes, quando ela está desordenada e não é confiável para responder o problema (GIL, 2002, p.17).

Nesse sentido, a pesquisa bibliográfica tem o desígnio de auxiliar o pesquisador e a pesquisadora na procura por literaturas e obras de relevância para o tema, que já foram publicadas. Desde o início, esta metodologia de pesquisa já se faz presente no trabalho e com o encargo de selecionar os assuntos e fontes que irão colaborar com o problema, o método adequado, entre outras etapas. Essa pesquisa é fundamental para a arquitetura da pesquisa científica, ao passo que proporciona um melhor entendimento do fenômeno que foi selecionado para o estudo. Como foi exemplificado acima, as ferramentas manuseadas por esta pesquisa são: livros, artigos científicos, teses, anuários, revistas, etc (SOUZA; OLIVEIRA; ALVES, 2009).

Para Gil (2002), a pesquisa bibliográfica trata-se de uma busca ou verificação de materiais sobre o princípio que irá orientar e direcionar o projeto, que num momento anterior foram publicados. Segundo ele:

A pesquisa é requerida quando não se dispõe de informação suficiente para responder ao problema, ou então quando a informação disponível se encontra em tal estado de desordem que não pode ser adequadamente relacionada ao problema (GIL, 2002, p. 17).

Além disso, o material recolhido e investigado necessitará de uma dedicada análise e reflexão dos conteúdos escolhidos e dará sequência a uma série de etapas para que uma base convergente seja construída e para que a argumentação teórica, que é fundamental, seja desenvolvida. Deste modo, fica inteligível que a pesquisa bibliográfica tem por finalidade apoiar o trabalho científico, aprimorar e atualizar o conhecimento.

5 ANTRA - Associação Nacional de Travestis e Transexuais.

6 Grupo Gay da Bahia.

Podemos dividir esta pesquisa em dois acontecimentos: em primeiro lugar, foi realizada uma pesquisa bibliográfica em literaturas de teóricas e teóricos importantes para a teoria social clássica e contemporânea e, também, de teóricas da atualidade, em até 15 anos, para fundamentar o debate sobre gênero, corpo e transgeneridade. A busca ocorreu nas principais ferramentas de pesquisa e com palavras chaves para facilitar a procura. No que tange às teóricas e os teóricos que debatem o tema diante da teoria sociológica contemporânea, foi utilizado obras e ensaios de nomes recorrentes do arcabouço teórico e metodológico das ciências sociais, assim como Thomas Laqueur, Joan Scott, Guacira Lopes Louro, entre outros.

No segundo momento, foi realizada uma vasta busca sobre a educação e a teoria queer, diversidade e interseccionalidade. Temos, aqui, nomes clássicos da educação e dos ensaios queer, como Jaqueline Gomes de Jesus e Guacira Lopes Louro, sendo ambas responsáveis pelo levantamento de distintos debates que interseccionalizam o gênero, a transexualidade e a educação.

Por fim, em seguida a seleção, os materiais foram lidos, fichados e analisados a fim de construir uma linha teórica coerente e coesa. A revisão bibliográfica possibilitou a importante experiência de estar diante de múltiplas literaturas sobre o tema, de aprimorar a discussão, de refletir sobre antigos conceitos e ressignificá-los, assim como desenvolver novas interpretações no que diz respeito a transgeneridade, os ensaios de gênero, do lugar da educação, assim como a crítica de sua atuação tradicional.

3. RESULTADOS E DISCUSSÕES

O debate teórico, tomado como iluminador deste projeto parte, essencialmente, de três tópicos de discussão: 1.o levantamento sócio-histórico do conceito e das relações de gênero e suas contribuições para a construção e crítica do corpo educado\disciplinado através da conversação entre Joan Scott (1995) e Guacira Lopes Louro (1999); 2. uma análise sobre os desafios e percalços da produção da transgeneridade a partir das construções de Jaqueline Gomes de Jesus (2012); 3. os norteadores que atravessam e transversalizam o campo da educação com a narrativa abjeta de corpos transgeneres, sendo estes colocados aqui como Queer (isto é, como forasteiro das normas sociais ou Trans-queer) por meio dos trabalhos educacionais de Guacira Lopes Louro (1997, 2000, 2001) e com a sua proposta de intervenção a partir de uma pedagogia do currículo queer.

Assim, este referencial teórico pretende responder brevemente, através de revisões bibliográficas, o papel da educação, considerando a pedagogia do currículo queer, na desconstrução dos estereótipos de gênero que, por sua vez, beneficia um sistema cis-heteronormativo que não oferece lugar ou dificulta a trajetória de corpos transgêneros (Trans-queers). Além disso, mais adiante, as autoras irão propor a fundação de uma educação emancipadora, queer, desconstrutiva e inconclusa, que combate a disciplina e educualização dos corpos que os coloca na direção dos padrões cis-hetero-patriarcais.

O debate que toma o gênero como uma unidade útil de análise social é bastante recorrente nas ciências da humanidade, sobretudo na história, no campo da antropologia feminista, da sociologia contemporânea e da educação. Na teoria social contemporânea, temos grandes expoentes teóricos que dedicaram célebres obras para o levantamento de respostas, propostas e esclarecimentos sobre um tema que tornou-se um campo de disputas na atualidade: as relações de gênero. Dito isto, foi Joan Scott - historiadora norte-americana - uma das que mais abalou essa ideia ao apresentar novas perspectivas para os debates de gênero com o afamado artigo "*Gênero: uma categoria útil de análise histórica*" (1995), o que foi de máxima importância para a inovação dessa discussão.

Joan Scott apresenta o conceito de gênero como um saber tocante às diferenças sexuais. Entretanto, se há uma relação impartível entre o saber e o poder, o gênero estaria coberto pelas relações de poder, sendo elementar para atribuir sentido a estas duas relações. A autora afirma que a conceituação de gênero foi uma importante sinopse para uma análise mais intensa da história, ao qual possibilitou a compreensão de distintas perspectivas dos séculos. Ao examinar o exercício do gênero enquanto conceito e análise sócio-histórica, abrem-se caminhos para compreender as disposições de poder hierárquicas que haviam entre homens e mulheres, tendo sempre a estrutura social como justificativa (SCOTT, 1995, p. 2, 20). Assim, a sociedade determina marcas e padrões para alicerçar as identidades, sejam elas de gênero, étnico-raciais, de sexualidade, entre tantas. A partir disso, em primeiro momento, será tomando aqui neste referencial "o conceito de gênero como categoria de análise sócio-histórica", em Scott (1995) e em seguida em Louro(1997), com a ideia de "gênero como caráter social e relacional".

Guacira Lopes Louro (1997) corrobora com as razões de Joan Scott de que o gênero deve ser distinguindo do sexo, ao passo que haviam argumentos, por caracteres

biológicos, para justificar as desigualdades entre eles e estabelecer papéis sociais e políticos (Scott, 1995, p. 72). Louro (1997) alega que, mais do que tentar contrapor-se a essas argumentações, é imprescindível organizá-las. Assim, ela afirma que:

É necessário demonstrar que não são propriamente as características sexuais, mas é a forma como essas características são representadas ou valorizadas, aquilo que se diz ou se pensa sobre elas que vai constituir, efetivamente, o que é feminino ou masculino em uma dada sociedade e em um dado momento histórico. Para que se compreenda o lugar e as relações de homens e mulheres numa sociedade, importa observar não exatamente seus sexos, mas sim tudo o que socialmente se construiu sobre os sexos. O debate vai se constituir, então, através de uma nova linguagem, na qual gênero será um conceito fundamental (LOURO, 1997, p. 6).

Louro não nega a biologia, porém, chama a atenção para “a construção histórica e social produzida sobre as características biológicas” (LOURO, 1997, p. 6). Deste modo, é importante tomar, como um dos fundamentos para este quadro, o que a autora aborda como o “caráter fundamentalmente social” (LOURO, 1997, p. 6). Para ela, os gêneros se elaboram com ou em corpos sexuados e a prática social destes se direciona para os corpos. Assim:

Pretende-se, dessa forma, recolocar o debate no campo do social, pois é nele que se constroem e se reproduzem as relações (desiguais) entre os sujeitos. As justificativas para as desigualdades precisariam ser buscadas não nas diferenças biológicas (se é que mesmo essas podem ser compreendidas fora de sua constituição social), mas sim nos arranjos sociais, na história, nas condições de acesso aos recursos da sociedade, nas formas de representação (LOURO, 1997, p. 7).

O gênero, em Louro, torna-se utilizado de forma “relacional”, ao passo que no campo das relações coletivas ele irá se construir, reforçar desigualdades, exclusões e hierarquias, estando ele inicialmente a serviço da manutenção do cis-hetero-patriarcado⁷. Não só isso, ainda é importante contextualizar suas afirmações e suposições para que, a partir daí, possa romper generalizações no que tange a homens e mulheres. Conforme o conceito de gênero admite sua propensão social, ele traz a tona e submete os sujeitos a refletirem sobre seus distintos períodos históricos, provoca o pensamento plural, argumenta por mudanças, distância o caráter essencialista atribuído a este, provoca e o coloca em uma construção focada no presente e em sua realidade e não em acontecimentos a priori (LOURO, 1997, p. 7).

Encontra-se os padrões de gênero nas mais variadas expressões, como as vestimentas dicotomizadas entre femininas e masculinas, modo de se relacionar, agir e se comportar, entre outros. É por intermédio do aprendizado desses papéis que o corpo

⁷ Sistema que organiza e reforça a cisgeneridade alinhada com a heteronormatividade e o patriarcado (SILVA, 2019).

será educado e disciplinado para reconhecer o que é considerado adequado e inadequado e corresponder às expectativas de determinada sociedade (LOURO, 1997, p. 7).

Ao que concerne a anatomia da sociedade brasileira contemporânea, ao gênero ainda é concedido um regimento legal que são exemplificados nas carteiras de identidade, certidões de nascimento, crachás, entre demais campos da vida coletiva. A partir do “sexo biológico” e do gênero é atribuído um nome. Além de haver uma confusão imprecisa entre o conceito de sexo e do próprio gênero. No que estende-se a população de transgeneres, isso implica em sofrimento e indeferimento de direitos. Neste caso, a aplicação e recolocação do gênero no movimento feminista (a partir da teoria queer e outros feminismos emergentes) foi útil e fundamental para a afirmação de novas identidades e perspectivas da mulheridade diferenciada e plural, alegando que a sociedade deve ser pensada para todos os seres humanos (JESUS & ALVES, 2012, p. 3, 5).

Jaqueline Gomes de Jesus (2012, 2014) apresenta em seus estudos a conceituação da “transfobia”⁸ que será utilizado enquanto conceito útil para este debate, a partir da ideia desta autora, que além de pesquisadora sobre gênero e transgeneridade, também possui a experiência transgênero em seu corpo. Ela afirma que através do feminismo trans⁹, o conceito de gênero reconfigurou-se, trazendo, assim, novas realidades sociais e visibilizou identidades pessoais e sociais, pensando nos desafios presentes na vida cotidiana de pessoas trans, uma vez que esses agentes também são vitimados pelo machismo e pela transfobia (JESUS & ALVES, 2012, p. 3, 6).

A transfobia, segundo Jesus e Alves (2012), e o cissexismo¹⁰ são métodos eficientes e determinantes de exclusão da população trans. Para elas, compreende-se por “transfobia”, prática transfóbica ou violência transfóbica, quando existe medo, ódio ou repulsa em relação às pessoas trans. Além disso, há a tentativa de aniquilação do outro e da inteligibilidade de suas identidades. De acordo com elas, o feminismo trans, sendo um movimento intelectual, político e prático, se desdobra em reestruturar e redefinir a

⁸ Termo que vem ganhando cada vez mais visibilidade em virtude de manifestações públicas (JESUS & ALVES, 2012, p. 3);

⁹ Conhecido também como transfeminismo;

¹⁰ Ato de discriminação baseado no gênero\sexo cisgênero.

relação entre gênero e biologia, assim como o sistema de opressões transfóbicas. (JESUS & ALVES, 2012. p. 6, 8).

Para Guacira Louro (2000), as identidades, sexuais e de gênero, são construídas socialmente e impostas, consciente ou inconscientemente, pela sociedade através de regras, valores, comportamentos, condutas e morais que vão ditar os “padrões de normalidade”. Esses padrões são inundados por significados e a escola se encontra no lugar de promover o equilíbrio em um terreno bastante delicado. De uma lado ela encoraja, disciplina e advoga pela sexualidade e o gênero “normais” e de outro, concomitantemente, ela reprime e regula (LOURO, 2000, p. 17).

Conforme diz Louro (2001), os “corpos desviantes” ou “desobedientes das normas” - colocando aqui como referência o sujeito transgênera ou Trans-queer- recebem como destino, no ambiente escolar, suas identidades sexuais e de gênero postas em segredo, e deparam-se com a segregação e “um lugar incômodo para permanecer” (p. 542). Em contraste, quando esses “novos sujeitos” com “novas práticas” (p. 542) contestam as normas vigentes e rebelam-se contra a cis-heterossexualização da sociedade, a aptidão “normalizadora” da escola encontra-se ameaçada. A educação, currículos e seus profissionais (educadores) não se inserem fora disso, pois defrontam-se desafiados por questões que antes eram seguras e estáveis. O grupo rebelde, colocado por Louro como “Queer” - que pode ser interpretado por “estranho, talvez ridículo, excêntrico, raro, extraordinário” (p. 546) - ou um movimento de oposição e contestação que posiciona-se contra a normalização, tendo por escopo iminente a cis-heteronormatividade compulsória da sociedade. O Queer - que será retomado mais à frente e tomado como expoente deste projeto para uma proposta de educação emancipadora - simboliza o outro ou, como diz Louro:

Queer representa claramente a diferença que não quer ser assimilada ou tolerada e, portanto, sua forma de ação é muito mais transgressiva e perturbadora (LOURO, 2001, p. 546).

A dialética ocidental operante se manifesta através do processo que determina um sujeito que ocupa a posição do “outro”, não com um encontro com o eu, mas com o seu oposto (normal), estando o “outro” subordinado, sendo sinônimo de inferior, e classificado como estranho, abjeto, aberrativo ou seja, um “sujeito Queer”. Assim, através de seus argumentos, construções e arcabouços teóricos, Louro defende que essa lógica deve ser abalada por intervenção de uma metodologia da desconstrução que

desordene e desestabilize esses arranjos. Porém, ela afirma que "desconstruir não significa destruir" e utiliza uma palavra que etimologicamente possui o sentido de "desfazer" (LOURO, 2001, p. 548). Dito isso, ela conclui:

Portanto, ao se eleger a desconstrução como procedimento metodológico, está se indicando um modo de questionar ou de analisar e está se apostando que esse modo de análise pode ser útil para desestabilizar binarismos lingüísticos e conceituais (ainda que se trate de binarismos tão seguros como homem/mulher, masculinidade/feminilidade). A desconstrução das oposições binárias tornaria manifesta a interdependência e a fragmentação de cada um dos pólos. Trabalhando para mostrar que cada pólo contém o outro, de forma desviada ou negada, a desconstrução indica que cada pólo carrega vestígios do outro e depende desse outro para adquirir sentido (LOURO, 2001, p. 548).

Louro (2011) propõe uma "pedagogia do currículo queer" (sendo sua proposta de intervenção escolar), que é um espaço onde as diferenças - sejam de gênero, sexualidade e étnico-raciais - são consideradas e estimadas. A pedagogia do currículo queer está voltada para a construção das diferenças, não focando apenas em denunciar a Homo-Transfobia, mas mirando em:

desconstruir o processo pelo qual alguns sujeitos se tornam normalizados e outros marginalizados. (LOURO, 2011, p. 550).

Assim, este método visa discutir os moldes aos quais o outro é produzido e de indagar a estreita conexão desse outro com o eu. Aqui:

A diferença deixaria de estar lá fora, do outro lado, alheia ao sujeito, e seria compreendida como indispensável para a existência do próprio sujeito: ela estaria dentro, integrando e constituindo o eu. A diferença deixaria de estar ausente para estar presente: fazendo sentido, assombrando e desestabilizando o sujeito. Ao se dirigir para os processos que produzem as diferenças, o currículo passaria a exigir que se prestasse atenção ao jogo político aí implicado: em vez de meramente contemplar uma sociedade plural, seria imprescindível dar-se conta das disputas, dos conflitos e das negociações constitutivos das posições que os sujeitos ocupam (LOURO, 2001, p. 550).

Segundo Louro (2001), a pedagogia e um currículo queer deve ser subversivo e provocativo assim com a sua base teórica: a teoria queer. Seu intuito não é criar uma nova forma de sujeito, mas de fazer as Escolas e os indivíduos pensarem sobre as diferentes formas de ser e existir e não impor comportamentos embasados no cis-heteropatriarcado. Quando se trata das identidades de gênero, não há esgotamento subjetivo (JESUS, 2012, p. 10).

Em suma, de forma metodológica, foi selecionado para este quadro teórico a "desconstrução" e a "Pedagogia do Currículo Queer" - ou uma educação emancipadora - apresentadas por Guacira Lopes Louro (2001), como proposta de intervenção na construção do conceito de gênero, apresentado como categoria analítica socio-histórica por Joan Scott (1995) e Louro (1997), e nos processos educativos e escolares

normativos que possuem aptidão “normalizadora”, problematizados por Louro (2001), como meio para a emancipação e libertação da abjeção transgênera, indicada por Jaqueline Gomes de Jesus (2012, 2014).

A partir do que foi até aqui posto, é possível apontar por resultados que é nas fases iniciais da educação que os atores sociais são inseridos, inseridas e inserides em demais sistemas sociais, além do seio familiar. A partir dessa fase, o início de uma compreensão de mundo ao lidar com a alteridade surge, isto é, o encontro do eu com o outro. Assim, pode-se considerar este um período de desenvolvimento humano com enorme potencialidade para que as nossas crianças compreendam a diversidade, o respeito, a tolerância, etc, assim como, de fato, são (MATUOKA, 2018).

Todo o debate teórico apresentado até aqui, foi importante para lançar luz e propor iniciativas para a mudança social da transfobia e do e cis-hetero-patriarcado. Porém, a ausência e imparcialidade desses debates refletem nos dados apresentados pela ANTRA¹¹. Segundo a entidade que defende o direito das pessoas transgêneras (2017)¹², a cada 48 horas uma pessoa trans é assassinada, tendo idade média para esses assassinatos 27,7 anos. Além disso, as taxas de abandono escolar são maiores entre esse grupo por conta da discriminação nas instituições de ensino. Outro fator importante a destacar é que 90% das mulheres transexuais e travestis se encontram na prostituição por não disporem de outros meios de sobrevivência e a expectativa de vida dessa amostra populacional é de 35 anos. De acordo com os relatórios, boletins e dossiês anuais de violências e assassinatos de Travestis e Transexuais apresentados pela ANTRA, esses fatores são contribuintes cruciais para a marginalização e violação de direitos da sua população (BENEVIDES, 2017, p.18, 103).

Ainda sobre essa marginalização histórica da população Trans, outros dados importantes surgiram, como o de que o Brasil aparece, pelo o décimo segundo ano consecutivo, como o país que mais mata essas pessoas no ranking mundial¹³. O GGB (Grupo Gay da Bahia), apontou que em 2019, 329 pessoas LGBTQIA+ (cujas pessoas Trans estão na linha de frente) tiveram mortes violentas no Brasil. Segundo o grupo,

¹¹ ANTRA - Associação Nacional de Travestis e Transexuais;

¹² Mapa dos Assassinatos de Transexuais e Travestis no Brasil (2017).

¹³ De acordo com dados do *Trans Murder Monitoring* (em português é traduzido por "Observatório de Assassinatos Trans"), em conjunto com a ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais do Brasil) e pelo IBTE (Instituto Brasileiro Trans de Educação), o “*Dossiê: Assassinatos e Violência Contra Travestis e Transexuais Brasileiras em 2020*” confirma essa estatística.

essa população é vítima da homo-transfobia e que, dos números de mortes, houveram 197 homicídios (90,3%) e 32 suicídios (9,7%) (OLIVEIRA, 2019, p. 12).

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Têm-se por conclusão que o gênero é uma unidade de pensamento que, ao ser problematizado, repercute na rescisão de dicotomias e na erradicação de desigualdades e hierarquias históricas. Logo, deve ser utilizado para evitar a emersão de relações de poder em espaços solenes para a formação democrática de agentes sociais. Com diz a filósofa americana, Judith Butler, existe na sociedade uma ordem compulsória ou um sistema do sexo, gênero e desejo do qual, ao nascimento, atores sociais serão designados e carimbados, vistos com as expectativas dos sistemas sociais, e domesticados nesses padrões binários de um gênero que é observado como capaz de determinar a sexualidade humana e seu campo de desejo. Esta lógica precisa ser subvertida (BUTLER, 1990).

Assim, admite-se que a construção de uma linha teórica acerca dos debates que inserem o conceito de gênero e a importância da educação emancipadora - reorganizada por uma proposta de “Pedagogia Queer” - são de suma importância para a problematização da abjeção trans e para retirar esses sujeitos do lugar do outro que é sinônimo de inferior. A desconstrução do debate de gênero rompe com essas fronteiras e, sendo grande aliada, a Teoria Queer na educação se torna um ponto analítico crucial para desfazer a cisnorma e para a problematização da cultura de discriminação e da violência transfóbica que é atual e presente em corpos trans-queer.

5. REFERÊNCIAS

- BASTOS, C. L.; KELLER, V. Aprendendo a aprender. Petrópolis: Vozes, 1995.
- BENEVIDES, Bruna G. & SIMPSON, Keila. Mapa dos assassinatos de Travestis e Transexuais no Brasil em 2017. Brasil, 2018.
- BENEVIDES, Bruna G & NOGUEIRA, Sayonara. BOLETIM N° 02/2020 Assassinatos Contra Travestis e Transexuais em 2020. Rio de Janeiro, RJ; 04 de maio de 2020.
- BUTLER, Judith. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do ‘sexo’. In: LOURO, Guacira Lopes (Org.). **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 1999. p. 151-172;
- CITELI, Maria Teresa. Fazendo diferenças: teorias sobre gênero, corpo e comportamento. **Estudos Feministas**, ano 9, 2ª semestre de 2001. Pág 131 - 145.

JESUS, J. G.; ALVES, H. Feminismo transgênero e movimentos de mulheres transexuais. Revista Cronos, v. 11, n. 2, 28 nov. 2012.

JESUS, Jaqueline de. Identidade de gênero e políticas de afirmação identitária. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE ESTUDOS SOBRE A DIVERSIDADE SEXUAL E DE GÊNERO, 6., 2012, Salvador. Anais... Salvador: ABEH, 2012. 15 p.

GIL, Antônio Carlos, 1946. Como elaborar projetos de pesquisa/Antônio Carlos Gil. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002 Bibliografia. ISBN 85-224-3169-8.

HERDT, Gilbert. Third sex, third gender: beyond sexual dimorphism in culture and history. New York: Zone Books, 1996.

LAQUEUR, Thomas Walter. Inventando o sexo: corpo e gênero dos gregos a Freud. Trad. Vera Whately. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

LOURO, G. L. Currículo, gênero e sexualidade. Refletindo sobre o. Labrys. **Estudos Feministas** (Online) , Brasília/Montreal/Paris, v. 1-2, 2002.

_____. Gênero, sexualidade e educação. Uma perspectiva pós-estruturalista. Guacira Lopes Louro - Petrópolis, RJ, Vozes, 1997. p. 14-36.

_____. Teoria queer - uma política pós-identitária para a educação. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 9, n.2, p. 541-553, 2001.

_____. O corpo educado: pedagogias da sexualidade. 4ª edição. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2018. 224 páginas.

_____. Os Estudos Queer e a Educação no Brasil: articulações, tensões, resistências. **Contemporânea - Revista de Sociologia da UFSCar** , v. 2, p. 363-369, 2012.

MATUOKA, Ingrid. Por que a escola brasileira precisa discutir gênero e orientação sexual. Centro de Referências em Educação Integral, 2018. <<https://educacaointegral.org.br/reportagens/por-que-a-escola-brasileira-precisa-discutir-genero-e-orientacao-sexual/>>.

OLIVEIRA, José Marcelo Domingos de. Mortes violentas de LGBTQ+ no Brasil – 2019: Relatório do Grupo Gay da Bahia. José Marcelo Domingos de Oliveira; Luiz Mott. – 1. ed. – Salvador: Editora Grupo Gay da Bahia, 2020.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Educação e Realidade, Porto Alegre, v. 20, n. 2, jul./dez., 1995.

SOUSA, A. S.; OLIVEIRA, S. O.; ALVES, L H. A Pesquisa Bibliográfica: Princípios e Fundamentos. Cadernos da Fucamp, v.20, n.43, p.64-83/2021.